

# O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético

*The caution as female assignment: contributions to an ethical debate*

Olegna de Souza Guedes\*  
Michelli Aparecida Daros\*\*

## RESUMO:

O presente artigo aborda, através da análise de gênero e de uma reflexão ética, a atribuição do ato de cuidar às mulheres na sociabilidade burguesa. Centra-se na preocupação com a forma como se apresenta, no cotidiano das mulheres, a incorporação de atividades relacionadas aos cuidados de outros seres humanos em processo de crescimento ou que dependem dos cuidados dos outros para garantir o direito à vida. Mostra que esta incorporação relaciona-se com a adesão a valores morais e atribuições de funções diferenciadas para homens e mulheres nessa sociabilidade. Insiste na necessária análise crítica desta adesão para que se possa trilhar por escolhas livres que, para além da teia de causalidades postas por condições materiais de existência, possam fundar novos valores. Sinaliza, também, para a importância desse debate na construção de políticas públicas voltadas para a ampliação da autonomia das mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Valores morais; Atribuição de papéis; Ato de cuidar.

## Abstract:

*This article addresses, through the analysis of gender and ethical reflection, the attribution to women, of the act of caring in bourgeois sociability. It focuses on the concern with the way it is presented, in a daily basis in women's life, the inclusion of activities related to the care of other human beings in the process of growth or those who depend on the care of others to ensure the right to life. It shows that this incorporation is related to adherence to moral values and assignment of differentiated functions for men and women in this social state. It stresses the need for a critical analysis of this adherence enabling, this way, a tracking through free choices that beyond the web of causalities posed by material conditions of existence, may establish new values. It also signals to the importance of this debate in the construction of public policies aimed at the expansion of women empowerment.*

**Key-words:** Moral values; Roles; act of caring.

---

\* Olegna de Souza Guedes, doutora em Serviço Social, docente do Curso de Graduação em Serviço Social e do Mestrado em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: <mailto:olegnasg@gmail.com>.

\*\* Michelli Aparecida Daros, graduada em Serviço Social; membro desde o ano de 2007 do grupo de pesquisa "Ética e direitos Humanos: princípios norteadores em campos de atuação profissional do assistente social" e desenvolveu projetos de iniciação científica sobre a relação entre ética e gênero.

## Introdução

No senso moral construído na sociabilidade burguesa, as atividades que derivam do ato de cuidar tendem a ser atribuídas às mulheres e naturalizadas de forma a aparecerem como exclusivas e constitutivas da condição feminina. Ancorado neste senso moral, valores como altruísmo e atribuições como a maternagem<sup>1</sup> presentificam-se no cotidiano das mulheres, sobre a forma de dupla jornada de trabalho.

Às mulheres, ainda que exerçam atividades profissionais não vinculadas ao ato de cuidar, impõem-se a responsabilidade pelo cuidado de seus familiares ou porque estes se encontram em desenvolvimento (crianças e adolescentes) ou porque, em decorrência de avançados processos de envelhecimento ou adoecimento, necessitam de cuidados intensivos. As mulheres têm, portanto, na construção da sociabilidade burguesa, ampliada a teia de mediações que concorrem para o processo de alienação que coíbe a possibilidade de realização de projetos livres. Cuidar dos familiares, dos companheiros, em concomitância com as atividades sócio-ocupacionais, para cumprir normas historicamente criadas e interpretadas como inerentes à natureza feminina, tornam-se aspectos de uma realidade que tende a desprender-se de seus sujeitos e apresentar-se como eterna.

Inegável as conquistas do movimento feminista<sup>2</sup>, entre outros aspectos, no questionamento desse processo de naturalização e no empenho em trazer à tona a possibilidade e necessidade da igualdade de oportunidades e de participação política, para além do sexo masculino e feminino. Um exemplo deste processo é a garantia direitos políticos, civis e sociais a mulheres e homens postos na Constituição Federal de 1988. A moralidade histórica, contudo, continua a reger as ações dos indivíduos sociais e

---

<sup>1</sup> Importante estabelecer, apoiados em Badinter (1985), a diferença entre maternagem e maternidade. Por maternagem compreende-se a capacidade de cuidar de uma criança, educá-la moralmente para que possa viver em sociedade, esta capacidade está ligada ao cuidado geral desempenhado pela mulher, uma vez que ela pode exercer esta capacidade socialmente apreendida em outras esferas de sua vida, como por exemplo cuidar de familiares em momentos de doença, por exemplo. A maternagem é uma construção sócio-histórica, pode ser exercida por homens e mulheres, embora o estigma continue no campo feminino. A maternidade é a capacidade de parir uma criança, condição que só as mulheres possuem.

<sup>2</sup> É a partir década de 80 que o Movimento Feminista no Brasil trava lutas importantes em todas as esferas sociais, o que ocasiona a visibilidade da questão de gênero e a construção de algumas políticas que supram essa demanda.

a estampar a incongruência entre lei e realidade. Este artigo centra-se, então, na análise de um dos aspectos desta moralidade: a atribuição, prioritária, ao gênero feminino do ato de cuidar de outros seres humanos em situação de fragilidade ou que necessitam maior nível de proteção.

### **As mulheres e o ato de cuidar**

Dados de uma pesquisa exploratória<sup>3</sup> realizada durante o desenvolvimento do Projeto de Extensão “Desvelando e construindo o processo do acompanhar e do cuidar de pacientes com doenças crônico-degenerativas” mostram que os cuidadores de doentes crônicos e que estão em tratamento no Hospital Universitário de Londrina, são em sua maioria (88%), do sexo feminino. A maioria deste percentual (70%) é composta por filhas ou por esposas de pacientes internados neste hospital. O acesso a estes dados aliado às reflexões sobre valores morais desenvolvidas no grupo de pesquisa “Ética e Direitos Humanos: princípios norteadores em campos de atuação profissional do assistente social” nos motivou a refletir sobre a atribuição do ato de cuidar às mulheres.

Observa-se no senso comum afirmações em que a naturalização da mulher como cuidadora vincula-se a diferentes lugares atribuídos a ela na família: esposa ou companheira; filha, mãe, tia, avó. De qualquer lugar, desde que seja mulher, cuidar do membro da família que está adoecido e requer atenção constante ou ainda, cuidar dos familiares para que atravessem uma fase de fragilidade a fim de preservar o direito à vida, torna-se prioritário sobre os próprios projetos<sup>4</sup>. Ao identificar-se com o ato de cuidar, a mulher, muitas vezes, distancia-se da possibilidade de outras escolhas, ou distancia-se

---

<sup>3</sup> A pesquisa, que é parte das atividades do Projeto de Extensão Projeto “Desvelando e construindo o Processo do Acompanhar e do Cuidar de Pacientes com Doenças Crônico-Degenerativas” foi realizada entre 2006 e 2007. Foram entrevistados 387 cuidadores de pacientes hospitalizados nas unidades, masculina e feminina, e de Moléstias Infecciosas do referido hospital. Tal pesquisa, foi coordenada pela Profa. Lúcia Helena Machado do Carmo e teve seus dados expostos no “Salão de Extensão” realizado na Universidade Estadual de Londrina em 2008. A referida pesquisa, conforme apresentação nesse Salão, permitiu levantar dados básicos como: identificação pessoal e familiar; o processo da doença, focalizando as condições de saúde do cuidador; questões referentes às condições objetivas para o ato do cuidar.

<sup>4</sup> Dentre as pesquisas que tivemos acesso e que corroboram para a veracidade da afirmação que ora fazemos está a de Zagabria (2002). A autora, na análise da trajetória de sete mulheres que cuidam dos idosos de suas famílias, mostra que estas até reclamam do que fazem, mas assumem o papel de cuidadoras como algo do qual não podem desvencilhar-se porque são mulheres e elas são delegadas, ainda que de forma tácita, pela família a responsabilidade pelo desenvolvimento deste papel.

dos próprios projetos. Cuidar do outro torna-se o seu cotidiano. De forma analógica, pela metáfora da relação entre a galinha e ovo, diz Lispector:

Ovo é coisa pra se tomar cuidado. Por isso a galinha é o disfarce do ovo. Para que o ovo atravessasse os tempos à galinha existe. Mãe é para isso [...] O ovo é o grande sacrifício da galinha. O ovo é a cruz que a galinha carrega na vida. O ovo é o sonho inatingível da galinha. A galinha ama o ovo [...] Se soubesse que tem em si mesma o ovo, perderia o estado de galinha. Ser galinha é isso. A galinha tem o ar constrangido. (LISPECTOR, 1975, p.58).

São os vetores sociais que vinculam os cuidados dos familiares às mulheres, mas estes aparecem como se fossem biológicos à semelhança do processo que une o ovo à galinha, na metáfora de Lispector. Nesta, ovo é função da galinha, antes mesmo de ela ser a galinha. As cuidadoras, como se observa nas conclusões do Projeto de Extensão que mencionamos, cuidam de seus filhos, irmãos, companheiros ainda que estes, muitas vezes, representem grandes sacrifícios e exijam renúncia às próprias escolhas. Antes de serem, cuidam. Adiam seus projetos, tal qual a galinha paralisa suas asas sobre o ovo a ser chocado.

A construção do papel de cuidar e sua limitação ao âmbito doméstico são identificadas como inerente à esfera privada, como se a sociabilidade humana fosse cindida em esferas colidentes: uma restrita à intimidade e outra, à esfera pública, identificada, entre outros fatores, como a destinada à participação política. Sob este aspecto Arendt (1989) analisa aspectos históricos do delineamento destas esferas e mostra que a esfera privada, na Grécia antiga, era interpretada como reino para o suprimento das necessidades básicas e, por isto, como o espaço da não-liberdade; o espaço pré-político; o espaço do labor sem a “testemunha de outros”. Vejamos o que diz a autora:

O que distinguia a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências. A força compulsiva era a própria vida [...] e a vida, para sua manutenção individual e sobrevivência como vida da espécie, requer a companhia dos outros. O fato de que a manutenção individual fosse a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie fosse a tarefa da mulher era tido como óbvio; e ambas estas funções naturais, o labor do homem no suprimento de alimentos e o labor da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. Portanto, a comunidade natural do lar decorria da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar. [...] A esfera *polis*, ao contrário, era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória

sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na *polis* (ARENDRT, 1995, p. 40).

Faria & Nobre (1997), na esteira dessa análise de Arendt, afirmam que com a consolidação do capitalismo, cristaliza-se a divisão entre as esferas pública e privada e que esta última é considerada como o lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade, do cuidado; enquanto a esfera pública é considerada como o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade, do direito. Prescreve-se, então, às mulheres, a maternidade e os cuidados que dela derivam com relação à preservação da casa e dos filhos bem como a tarefa de guardiã do afeto e da moral da família. Embora prescritos, esses papéis são assumidos e revelam-se como mediações que concorrem para os diversos níveis de alienação. Naturalizado, rotineiro, repetitivo, o cuidado do outro atribuído às mulheres se distancia de qualquer teleologia e aparece como uma causalidade que se impõe sobre a forma de uma tolerância avessa à práxis humana, como traduz a metáfora de Lispector

Os ovos estalam na frigideira, e mergulhada no sonho preparo o café da manhã. Sem nenhum senso da realidade, grito pelas crianças que brotam de várias camas, arrastam cadeiras e comem, e o trabalho do dia amanhecido começa gritado e rido e comido, clara e gema, alegria entre brigas, dia que é o nosso sal e nós somos o sal do dia, viver é extremamente tolerável, viver ocupa e distrai, viver faz rir (LISPECTOR, 1975, p. 64).

Esta causalidade está regulamentada, muitas vezes de forma implícita, na divisão social do trabalho e nas relações sociais de sexo que são relações antagônicas e estruturantes para o conjunto do campo social; transversais à totalidade desse campo social e coexistente em qualquer meio social (Kergoat, 1996). Na definição dessas relações, Kergoat (1996) reflete sobre a necessária ruptura radical com as explicações biologizantes sobre as diferenças entre as práticas sociais masculinas e femininas; o que implica na ruptura com modelos supostos como universais. A autora afirma que as diferenças entre os sexos são construídas socialmente; têm uma base material e revelam-se como relações de poder. As relações sociais de sexo e a divisão do trabalho, conclui a autora, são duas proposições indissociáveis que formam um sistema. É, portanto, a análise em termos de divisão sexual do trabalho que torna possível demonstrar que existe uma relação social específica entre os grupos de sexo. A relação entre os sexos não se

esgota na relação conjugal, mas é ativa em todos os níveis sociais em suas configurações histórico-sociais.

### **Aspectos da moralidade e das atribuições de gênero presentes no papel de cuidador atribuído à mulher: dimensões a serem consideradas nas políticas públicas destinadas às mulheres**

A moral, na perspectiva materialista histórica, pode ser traduzida como um conjunto de regras destinadas a regular as relações entre os indivíduos numa comunidade social em um determinado contexto sócio-histórico. Importante ressaltar que na análise histórica estabelecida por Vásquez (2000), um dos autores que se filiam a esta perspectiva, a função, validade, e o significado da moral são vinculados ao desenvolvimento histórico no bojo do qual se erigem diferentes modos de produção e que trazem a exigência de valores que fundam novas formas de dever-ser consoantes com estes modos de produção.

Para Vazquez (2000), vinculada ao modo de produção, a moral é histórica precisamente porque é um modo de comportar-se do homem, que é um ser histórico por natureza, ou seja, um ser que se auto-reproduz, constantemente, no plano de sua existência material, prática e espiritual. O que se quer ressaltar é a possibilidade da práxis humana. O dever ser está vinculado às condições materiais de existência que se delineiam em conformidade com um determinado modo de produção; mas estas condições não são antinômicas à teleologia.

A moral tem sua gênese na superação humana da natureza instintiva e no afastamento, ainda embrionário (na sociedade primitiva) das barreiras naturais em se dá o processo de construção do ser social; isto é, quando o homem se distancia, ainda que primariamente, dos limites naturais e descobre-se capaz de viver em coletividade para o que se torna necessário, e estabelece formas de ser nesta coletividade. A moral exige, portanto, não apenas que o homem esteja em relação com os demais, mas também que tenha consciência desta relação para que possa comportar-se de acordo com as normas e prescrições que o governam.

Como uma das esferas constitutivas da substância de sociedade, a moral não é avessa à ação humana, ao contrário, ela apresenta-se como:

“(...) sistema de exigências e costume que permite ao homem converter em necessidade interior – em necessidade moral – a elevação acima das necessidades imediatas (...) de modo que a particularidade se identifique com as exigências, aspirações e ações sociais que existem para além das causalidades da própria pessoa, elevando-se realmente até essa altura” (HELLER,1972, p.05).

No cotidiano, palco das ações rotineiras e repetitivas, esta conversão da particularidade em exigências postas pela teia de causalidades coíbe a necessária criticidade com relação aos valores que antecedem e orientam as escolhas dos homens e as mulheres. Reitera-se, dessa forma, a ausência de alternativas e possibilidades de escolhas efetivamente livres. Este fato não elimina, entretanto, a possibilidade da teleologia constitutiva do processo de autoconstrução do ser social e da construção da liberdade. Dentre as mediações necessárias para apreensão de elementos constitutivos desse processo, no que tange valores que permeiam as escolhas humanas na sociabilidade burguesa, estão as delegações de responsabilidades sociais em conformidade com o gênero masculino ou feminino.

Ressalta-se que modelo de família nuclear cristalizado no âmbito dessa sociabilidade burguesa<sup>5</sup>, as responsabilidades que recaem sobre a mulher são inculcadas desde que estas ainda são crianças, nos primórdios da educação familiar.

As crianças são levadas a se identificarem com modelos do que é feminino e masculino para melhor desempenharem os papéis correspondentes e as atribuições femininas não são apenas diferentes, mas também desvalorizadas, onde a mulher vive em condições de inferioridade e subordinação em relação aos homens. As desigualdades entre homens e mulheres são construídas pela sociedade e não pela diferença biológica entre os sexos. (FARIA; NOBRE,1997, p.10. apud. PINTO, 2008)

Para estudar este processo de identificação e naturalização de papéis que conformam a situação desigual entre os diferentes gêneros feminino e masculino, se desenvolvem os estudos que convergem para a construção do gênero<sup>6</sup>. Nestes estudos, reflete-se que cabe as mulheres, entre outros papéis, os que se referem aos cuidados,

---

<sup>5</sup> Dentre outros autores, Szymasni (1997, p. 24) esclarece que dentre os modelos e teorias sobre famílias está o que se refere à família nuclear burguesa, composta por mãe, pai e filhos. “Fora desse contexto as famílias são consideradas incompletas e desestruturadas”.

<sup>6</sup> Sobre o conceito de Gênero, Costa (2005) afirma que se trata de um conceito ainda em construção, mas fundamental para estudar, cientificamente, as relações estabelecidas entre mulheres e homens; os papéis que cada um assume na sociedade e as relações de poder estabelecidas entre eles.

sobretudo, com os filhos e familiares. A incorporação destes papéis e das atribuições rotineiras que dele derivam são singularizadas de forma a aparecerem como escolhas estoicamente prazerosas. Vejamos, novamente a metáfora de Lispector:

[...] quanto ao prazer dos agentes, eles também recebem sem orgulho. Austeramente vivem todos os prazeres: inclusive é o nosso sacrifício para que o ovo se faça. Já nos foi imposta, inclusive, uma natureza toda adequada a muito prazer. O que facilita. Pelo menos torna menos penoso o prazer. (LISPECTOR, 1975, p.63).

Em outro momento:

[...] a galinha não foi sequer chamada. A galinha é diretamente uma escolhida. – A galinha vive como em sonho. Não tem senso de realidade. Todo o susto da galinha é porque estão sempre interrompendo o seu devaneio. A galinha é um grande sono – A galinha sofre de um mal desconhecido. O mal desconhecido da galinha é o ovo. (LISPECTOR, 1975, p.60).

Muitas vezes desconhecidos, os papéis femininos são assimilados como inerentes ao gênero que é, segundo Scott (1994), um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; um primeiro modo de dar significado às relações de poder.

No âmbito dessas relações de poder figura-se um modelo-padrão de família, mononuclear, isto é, constituído por mãe, pai e filhos, ainda que a realidade mostre configurações de outros arranjos familiares<sup>7</sup>. Este modelo-instituição é base para o desenvolvimento da identidade de gênero, é neste ambiente que as crianças aprendem a “ser homens” e “ser mulheres”. Espaço para construção de aspectos identitários, a família deve ser o ambiente de afeto, em que se dá a garantia o equilíbrio psicológico de seus membros. As mulheres são consideradas as responsáveis por esta suposta harmonia. (Faria & Nobre, 1997) e pelo suprimento das necessidades afetivas dos membros da família; um dos aspectos vinculados ao ato de cuidar.

Nesta perspectiva, Izquierdo (1990) aponta que quando se pensa em mulher, supõe-se um sexo, mas também muitas outras faces identitárias tais como: dona-de-casa, passividade, maternidade, afetividade. Enquanto ao homem, atribuem-se características como investigador, profissional, agressivo, racionalista, pouco detalhista.

---

<sup>7</sup> Bilac (2005), em “Família: algumas inquietações”, faz referência a alterações importantes nos padrões familiares e questiona: “Em que medida estas mudanças significam a renovação do(s) modelo (s) já existentes ou a emergência de novos modelos?” (BILAC, 2005, p.35 a 38).



Estes papéis desempenhados pelos diferentes sexos, na perspectiva histórica posta pela categoria gênero, não são imutáveis; mas ao contrário, associados ao senso moral e às necessidades mercantis; podem, portanto se apresentar novas roupagens para atender a novas requisições; mas podem também ser ultrapassados sobre uma perspectiva igualitária de ampliação do gênero humano. Ainda que uma nova moral que tenha na igualdade seu aspecto basilar não seja possível na sociabilidade burguesa<sup>8</sup>; faz-se necessário construir as bases de um novo dever ser, no qual, homens e mulheres não tenham seus papéis prescritos pela desigualdade e não sejam destituídos de sua capacidade teleológica.

Heller (1972) considera que tudo que contribui para o enriquecimento dos componentes da essência humana - o trabalho, a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade - são valores e estes, dentre os quais estão os valores morais, não são autônomos; mas inscreve-se na conexão da particularidade com a universalidade humana, presente na escolhas livres.

Entender as escolhas, sem a reflexão da liberdade como constitutiva do processualidade do ser social que se dá nessa conexão, é esvaziá-las do seu significado; significa limitá-las à resignação estóica. Mais uma vez, a analogia de Lispector é esclarecedora:

A galinha não queria sacrificar a sua vida. A que optou por querer ser “feliz”. A que não percebia que, se passasse a vida desenhando dentro de si como uma iluminura o ovo, ela estaria servindo. A que não sabia perder a si mesma. A que pensou que tinha penas de galinha para se cobrir por possuir pele preciosa, sem entender que as penas eram exclusivamente para suavizar a travessia ao carregar o ovo, porque o sofrimento intenso poderia prejudicar o ovo. A que pensou que o prazer lhe era um dom, sem perceber que era para que ela se distraísse totalmente o vôo se faria [...] A que pensou que “eu” significa ter um si - mesmo (LISPECTOR, 1975, p.61).

A recusa dos padrões morais e da rigidez dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres e o necessário reconhecimento destes como sujeitos sociais traz à tona a

---

<sup>8</sup> Uma nova moral, verdadeiramente humana, implicará numa mudança de atitude diante do trabalho, num desenvolvimento do espírito coletivista, na eliminação do espírito de posse, do individualismo, do racismo e do chauvinismo; trará também uma mudança radical na atitude para com a mulher e a estabilização das relações familiares. Em suma, significará a realização efetiva do princípio kantiano que convida a considerar sempre o homem como um fim e não como um meio. Uma moral deste tipo pode existir somente numa sociedade, na qual, depois da supressão da exploração do homem, as relações dos homens com os seus produtos e dos indivíduos entre si se tornem transparentes, isto é, percam o caráter mistificado, alienante que tiveram até aqui.” (VÁZQUEZ, 2002, p. 53).

emancipação social feminina. Tal é a perspectiva que deve iluminar as políticas públicas que trilham o caminho da equidade entre os gêneros e que se insere, ainda que nos limites da ordem burguesa, no debate da perspectiva democrática de direitos, em que cidadãos independentes de etnia e gênero têm direitos sociais assegurados. Neste sentido, cabe ressaltar que a luta das mulheres pela igualdade de gênero não está relacionada apenas aos seus interesses imediatos, mas aos interesses gerais da humanidade. Assim é necessário pensar as políticas públicas sobre a perspectiva gênero e refletir sobre o lugar das mulheres nessas políticas.

Godinho e Silveira (apud CARLOTO 2004), na análise dessas políticas destinadas às mulheres, destacam que estas devem possibilitar a ampliação das condições de autonomia e auto-sustentação das mulheres de forma a romper com os círculos de dependência e subordinação; promover a capacitação profissional; ampliar o acesso à escolaridade; possibilitar a revisão das funções do cuidado familiar e da divisão do trabalho doméstico; combater a violência sexual e doméstica; garantir o exercício dos direitos reprodutivos e sexuais; combater a pobreza das mulheres; fortalecer espaços de democracia como o controle social.

As políticas públicas não são neutras; ao contrário, são construídas de forma a beneficiar determinados interesses e tendem a obedecer à lógica tradicional o Estado, no que tange à fragmentação das ações (SILVEIRA, 2003). Desta maneira, para que a igualdade das relações sexuais esteja na pauta dessas políticas, é preciso que elas, em sua totalidade, tenham, no emaranhado de suas redes, a perspectiva de gênero. Silveira (2003) considera que caminhar para políticas integradas de gênero é uma aspiração ainda distante para a maioria dos organismos de políticas para mulheres na administração pública brasileira e, ressalta:

Para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, pressupõem-se práticas de cidadania ativa para que a justiça de gênero se concretize, sobretudo pela responsabilidade do Estado de redistribuir riqueza, poder, entre regiões, classes, raças e etnias, entre mulheres e homens etc. (SILVEIRA, 2003, p.02).

A autora ilustra essa reflexão com as propostas do Ministério da Educação (MEC) <sup>9</sup>, em 2003, nas quais se destacava a criação de uma bolsa para que as mães cuidassem dos filhos, de até três anos de idade, fora da creche. Várias questões são questionáveis nessa proposta, diz a autora, sobretudo, a reafirmação da mulher como cuidadora, restringindo-a ao papel de mãe. Interpreta-se, nestas propostas, que cabe à mulher receber uma bolsa para cuidar, como se ela fosse à substituta da ausência desse equipamento social. Uma substituição que recebe o nome de benefício e que atribui a mulher o nome de beneficiária de um recurso que visa incluir suas crianças. Por este prisma, Carloto (2004) considera que a principal estratégia das políticas centradas na família, e que têm como tônica a entrega direta de bens ou atividades de capacitação, reforçam as habilidades consideradas adequadas às donas de casa e mães não-trabalhadoras.

Não são, entretanto, apenas estratégias ou diretrizes circuncidadas nas políticas públicas que fomentarão a emancipação feminina. Faz-se necessário empenhar para construção social, sedimentada de valores críticos para que os padrões estéticos (na metáfora de Lispector, as “belas penas da Galinha”) tenham seu real valor. Para que isto ocorra deve-se pleitear: a reconstrução de valores; não escravismo à aparência veiculada pela mídia como se as mulheres fossem feitas em séries e responsáveis pelos cuidados que as mantém nestes padrões estéticos. Referimo-nos à necessária reflexão e construção de valores que contemplem a diversidade das formas e que não se estejam restritos a regras de condutas com raios de ação pré-definidos. Referimo-nos à possibilidade de escolhas livres e que concorram para realização do gênero humano.

## **Conclusão**

Superar a atribuição do papel de cuidador de seres humanos em situação de fragilidade às mulheres é uma perspectiva ética a ser construída. Sabe-se que reconstrução de valores, não se dá por saídas e descobertas individuais, mas, como diz Heller, através da possibilidade de entender que o Eu é também um nós. Escolhas e valores cotidianos são carregados de sociabilidade e, entender este caráter é fundamental para construção de uma causalidade que não se imponha como

---

<sup>9</sup> A notícia se encontra nos arquivos do Jornal Folha de São Paulo (29/06/2003 ,C9)

determinista, mas traga, em seu cerne, a possibilidade de valores que concorram para uma sociabilidade fundada na igualdade do gênero humano.

A construção desta nova faceta da história não cabe apenas às mulheres, mas aos sujeitos sociais, de ambos os sexos, que podem questionar valores e construir novas possibilidades histórico-sociais. Se causalidade e teleologia não são antinômicas, o cuidado pode ser atribuição de todos os indivíduos sociais, na construção de escolhas livres. É a partir deste prisma que o cuidado pode ser um exercício de alteridade e não a negação das próprias escolhas ou o desconhecimento da possibilidade dessas escolhas.

### Referências:

ARENDDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CARLOTO, Cássia. Ruptura ou reforço da dominação: gênero em perspectiva. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p.149-156.

COSTA, E. C. I. *Novas formas de discriminação sexista-uma perspectiva da psicologia social*. Tese (Doutorado em Educação, Sociedade, Política e Cultura) - Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, 2005.

FARIA, N; NOBRE, M. *Gênero e desigualdade*. São Paulo: SOF, 1997.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

IZQUIERDO, M. J. *Bases materiais do sistema sexo/gênero*. São Paulo: SOF, [199?]. Mimeografado.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Org.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 41-51.

LISPECTOR, C. *Felicidade clandestina*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1975.

MACHADO, M. L. et al. *Projeto desvelando e construindo o processo do acompanhar e do cuidar de pacientes com doenças crônico-degenerativas, comunicação oral*. Londrina: UEL, 2008. – Não citado no texto.

SCOTT, W. J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. São Paulo: EDUC, 1994.

SILVEIRA, M. L. Políticas Públicas de Gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. in: SEMINÁRIO NACIONAL DE COORDENADORIAS DA MULHER NO NÍVEL MUNICIPAL, 2003, São Paulo. *Anais...* São Paulo: URBES, 2003. p. 1-8.

SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, M. C. B. *A família contemporânea em debate*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1997. p. 23-38.

VÁSQUEZ, A. S. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ZAGABRIA, D. B. *O cotidiano de cuidadores de idosos dependentes: o limite entre o cuidado e os maus tratos*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. –